



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

O PROGRESSO DE PORTUGAL

• **Alguns factos** •

Julho • 1989

(REIMPRESSÃO)



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



O PROGRESSO DE PORTUGAL

• Alguns factos •

Julho • 1989

(REIMPRESSÃO)

ÍNDICE

Pag. 2	I - Palavras do Ministro das Finanças
3	. A mais longa e sólida expansão...
5	. Mas a memória é curta...
13	. E, em expansão, é escasso o crédito
21	II - Indicadores do "Progresso Controlado"
22	. Empresas
30	. Famílias
36	. Estado

1 - A MAIS LONGA E SÓLIDA EXPANSÃO...

Concordarão VV.Exas. que, a nível do País, **não há desenvolvimento sem boa saúde financeira**, ou seja, **sem disciplina das contas do Estado, sem controlo das contas externas, sem segurança dos ritmos de expansão.**

Permitam, então, que vos fale da saúde financeira do País.

O 1º dever de um ministro das Finanças é garantir condições de **saudável clima financeiro**. É **gerir** a política macroeconómica de modo a **gerar** e manter condições para o desenvolvimento sólido e continuado.

Insisto:

Não existe bom desenvolvimento nem bom crescimento sem boa saúde financeira.

1989 está a ser um ano de bom crescimento económico

Na sequência, aliás, do triénio 1986-88.

Já o dissemos em várias ocasiões: **na jovem democracia portuguesa não se encontra uma série de anos como 1986, 87, 88, 89 em matéria de resultados macroeconómicos.**

Também não se encontra uma outra série de anos em que o País tenha assistido a um conjunto tão vasto de profundas **reformas.**

Nada melhor do que uma panorâmica da evolução da economia portuguesa para desfazer alguma da **imensa confusão** que anda por aí espalhada. Invoca-se com espantosa falta de rigor, a palavra "crise" a propósito de tudo e de nada, quando **se vive numa das fases mais longas de sólido progresso em Portugal.**

Fala-se em **défices, roturas, derrapagens**, com a maior impropriedade possível, quando na realidade há incomparavelmente **menos défices**, há **disciplina financeira**, há **controlo**, há **rigor orçamental**, como não se verificava em nenhuma outra época da jovem democracia portuguesa.

Agita-se o fantasma da **depressão**, quando se está claramente em **expansão**.

Confunde-se **afrouxamento** da velocidade com travagem ou mesmo **inversão de marcha**, ou seja, por exemplo, não se distingue uma **normalização do ritmo de crescimento** - o que pode até ser salutar, se este ameaçar ser excessivo - de um efectivo **decrécimo**.

Subalterniza-se o sucesso nos domínios do **desemprego**, do **investimento**, da **dívida externa**, das **contas do Estado**, e hiperenfatiza-se o desvio da inflação em 1988 e 89.

Silencia-se, aliás, uma visão integrada, indiscutivelmente positiva, da **inflação dos anos 1986-89**, assim como o mérito da opção política de **deixar perder metas de inflação para não consentir perdas de investimento e de emprego**.

Perdoar-me-ão VV.Exas. mas, muitas vezes, fala-se por falar e confunde-se **nuvem por Juno**. Confunde-se, por exemplo, a **segurança** que o Governo deve dar ao 4º ano de progresso consecutivo e controlado com o que se passou nos anos 83 e 84 que foram anos de profunda depressão.

2 - MAS A MEMÓRIA É CURTA...

Vamos, então, se VV.Exas. tiverem a amabilidade de me ouvir, apreciar rapidamente alguns factos do triénio 86-88, da nossa responsabilidade, comparando-os com o triénio 83-85 imediatamente anterior.

No fim, espero, conceder-me-ão VV.Exas. o favor de reconhecer que **curta é a memória e refrescante terá sido a retrospectiva**.

19) **Os salários reais** subiram mais de 10% acumulados em 1986-88.

Em 1983-85 os **salários reais caíram 12%**.

Quem disto se lembra?

29) O **desemprego** atinge em 1988 o nível **mais baixo** em Democracia. Portugal tem a taxa de desemprego mais baixa no conjunto dos países da CEE (depois do Luxemburgo).

Em 1985 o desemprego atingia o **nível mais elevado** dos últimos 10 anos.

Quem disto se lembra?

30) No triénio 1986-88, ocorre um **significativo desagravamento fiscal e parafiscal**. As taxas do Imposto Profissional foram reduzidas em 2 pontos. A Taxa Social Única foi reduzida em 0,5+0,5 pontos. A tributação sobre as empresas foi reduzida.

Com a Reforma Fiscal, o IRS e o IRC trazem um efectivo desagravamento fiscal sobre a esmagadora maioria dos contribuintes singulares e colectivos.

No triénio 1983-85 ocorreu, no conjunto dos anos, um **pesado agravamento fiscal**. Houve a singularidade da criação de "impostos extraordinários". E com a inflação a picar os 25% ou os 30%, o Governo quase não procedeu à actualização dos escalões dos impostos, nem em 1983, nem em 1984.

Quem disto se lembra ainda?

- 49) Conjugando os acréscimos do **emprego** e dos **salários reais**, o triénio 1986-88 representa o **melhor** período de sempre para as Famílias portuguesas em Democracia.

Ao invés, o período 1983-85 foi o **pior** quanto àquela conjunção do emprego e dos salários.

Quem disto se lembra?

Se juntar ao emprego e aos salários a **carga fiscal**, o contraste ainda é mais forte.

- 59) No triénio 1986-88, a inflação média foi apenas 10%, de longe o **nível mais baixo** da era democrática em Portugal.

No triénio 1983-85, a taxa de inflação foi, em média anual, quase 25%, atingindo o **nível mais elevado** de sempre na jovem democracia portuguesa.

Mas haverá ainda quem disto se lembre?

- 69) Aliás, vale apenas analisar o desvio entre inflações "esperadas" e "verificadas":

No triénio 1983-85, o desvio acumulado entre as **metas** do Governo e a inflação **a posteriori** foi 14 pontos. No triénio 1986-88, o mesmo desvio acumulado cifra-se em **apenas 3 pontos**.

Mas haverá quem tenha isto presente?

Mesmo juntando o ano de 1989, o desvio acumulado da inflação verificada versus projectada **em 4 anos** da nossa responsabilidade ainda ficará abaixo de metade do desvio dos **3 anos** 1983-85. Além disso, com a diferença essencial de **os nossos anos serem época de forte crescimento e, portanto, de natural "pressão inflacionária", enquanto os anos 1983-85 foram de grave "depressão", a qual é, naturalmente, "deflacionária"**.

Quem se lembra disto?

- 79) A conjunção da **baixa de desemprego e baixa de inflação** é, extremamente difícil. Portugal conseguiu-o em grande parte no triénio 1986-88.

No triénio 1983-85 a conjunção foi inversa: **máximos de inflação e de desemprego**, ao mesmo tempo. Foi a perversão da macro-economia.

Quem disto se lembra?

- 8º) O **investimento** está a crescer a ritmos nunca vistos na economia portuguesa: **mais 50%** em termos reais acumulados 1986-88.

Em 1983-85, o investimento comportou-se do modo **mais negativo de sempre**, com violentas quebras acumuladas: **menos de 26%** em termos reais.

Quem disto se lembra?

- 9º) A **poupança das empresas, em % do PIB**, é hoje quase 10 vezes superior ao nível médio verificado em 1983-85.

Aliás, em 1982 a poupança das empresas chegou a ser negativa.

Mas haverá quem, de entre VV.Exas., se lembre disto?

- 10º) Hoje a **taxa de juro** do crédito bancário é **livre**, varia com o **risco** da operação e com a pressão da **procura** frente à **oferta** de crédito. Ronda os 19%, algo mais, algo menos.

Em 1985, era **32,5%** fixa.

Quem disto se lembra?

Hoje não há "juros à cabeça". Acabámos definitivamente com eles em 1987 (Decreto-Lei 204/87, de 16 de Maio),

restringindo-os apenas ao desconto de letras. Eles faziam trepar os encargos financeiros acima da taxa nominal de juro-tanto mais quanto mais alta esta fosse. O encargo total chegava a **atingir muito mais do que 40%** ...

Isto, por certo, não esquecerão VV.Exas. facilmente
...

11º) O embaratecimento artificial da dívida pública terminou em 1986.

Ao longo de todos os anos da Democracia até 1985 **inclusivé, os juros da dívida pública interna foram, impositivamente, inferiores ou mesmo extremamente inferiores aos juros de mercado,** provocando irracionalidades e alimentando uma espécie de tributação disfarçada.

Quem disto se lembra?

12º) O défice global do Sector Público (SPAÉ) ultrapassou os 20% do PIB no triénio 1983-1985. Um peso insustentável.

Está, agora, no triénio 1986-88, **em menos de metade** como percentagem do PIB.

Quem disto se lembra?

Aliás, **se não fossem** as operações de limpeza que fizemos da dívida para-pública ou oculta que por aí andava, e **se não fossem** os juros de mercado que passamos a praticar, o **défice global do Estado** estaria agora em cerca de 1/4 apenas do nível do ano de 1985, em % do PIB.

Mas quem disto terá consciência e conhecimento?

13º) Além disso, releve a **disciplina da execução** orçamental de cada ano. No triénio 1986-88 o OE **fechou sempre abaixo do défice inicial**.

No triénio 1983-85, o Orçamento do Estado (OE) fechou com **défice sempre superior ao inicialmente orçamentado**. As "derrapagens" orçamentais atingiram, em média, mais 26% do défice inicial.

Quem disto se lembra?

14º) No triénio 1983-85, a **dívida externa ultrapassou os 80% do PIB**. E atingiu em 1984 o peso relativo mais elevado desde sempre (90%), pelo menos até aonde chega a nossa memória.

Em 1988 já só era **metade** do "ratio" de 1985.

E em 1989 a dívida externa estará abaixo dos 40% do PIB.

Quem disso se lembra?

- 15º)** A dívida externa também deve ser vista em termos líquidos, diminuída das **reservas de ouro e divisas**, as quais atingem neste momento o mais elevado nível de sempre.

Feitas as contas, podemos afirmar que, em Junho de 1989, o País está com uma **dívida líquida quase nula** perante o estrangeiro.

Em 1984 e 85 a **dívida externa** ultrapassava em cerca de +70% as reservas de ouro e divisas.

Quem disto se lembra?

3 - E, EM EXPANSÃO, É ESCASSO O CRÉDITO

Poderia prosseguir com mais factos e mais indicadores. Mas julgo ser bastante e VV.Exas. dispõem de um painel expressivo de indicadores que está distribuído pelo meu Gabinete (*).

A economia portuguesa **respira saúde** e **VV.Exas. sabem-no muito bem**

As empresas portuguesas nunca tiveram **uma época tão longa de prosperidade** nos últimos vinte anos - para não ir mais longe.

As empresas nunca ganharam tanto e nunca tanto reinvestiram tanto - e ainda bem para o País - como nestes quatro anos 1986, 87, 88, 89.

Mas é natural, faz parte da natureza humana, os empresários, tal como os trabalhadores, querem sempre mais. Tendo crescido dois ou três anos a elevado ritmo, querem continuar a crescer mas ao mesmo ritmo. Dificilmente

(*) **Vide**, adiante, pags. 21 a 42.

distinguem duas coisas. Uma é manter a empresa numa **sólida tendência de crescimento**, outra é manter um elevado ritmo de crescimento. E todavia, é óbvio que **não é seguro nem é aconselhável nem é realista persistir no recurso ao crédito para alimentar taxas muito elevadas e consecutivas de crescimento anual** de um mesmo negócio.

As empresas devem **normalizar**, a tempo, o seu crescimento. Não é possível **prolongar por vários anos** uma fase impetuosa de arranque ou de relançamento. Quando se parte de uma base relativamente baixa é fácil atingir elevadas taxas de crescimento nos primeiros anos, mas depois há que **antecipar** a estabilização do ritmo de expansão - o que não significa, sublinho, **parar de crescer** nem, muito menos, **passar a decrescer**.

VV.Exas. dirão que isto é elementar, mas por vezes até penso que **empresários há que esquecem** a aritmética simples do "**quanto mais depressa se cresce, mais difícil se torna crescer**".

Pois o que o Governo pretende é assegurar que Portugal tenha **muitos e consecutivos anos de progresso controlado**. 1989 está a ser o 4º ano consecutivo e **1990 há-de ser o 5º ano** de progresso controlado.

Para isso, é indispensável evitar as **derrapagens** e os **excessos** de velocidade. Para isso, é preciso desfazer as **ilusões** - que se pagam caras - **de uma expansão sem**

limites. Não devemos cometer o erro do País com "**olhos maiores que barriga**".

Eu sei, VV.Exas. **têm razão** quando falam do aperto do crédito. **Mas têm apenas** - desculpar-me-ão - **uma parte da razão.**

Ou terão VV.Exas. esquecido que em **época de forte e contínua expansão não deve a política monetária ser expansionista?** Não deve o crédito ser nem fácil nem barato ...

E, ao contrário, em **época de recessão** deve a política monetária ser **expansionista** e o crédito ser fácil e barato. Ou seja, invertem-se, de algum modo e com prudência, os sentidos da política macroeconómica relativamente aos sentidos da conjuntura.

Aparentemente é paradoxal. E é obviamente uma questão de grau. A **secura** da política monetária em época de expansão é apenas **relativa**, porque se compara com uma ânsia de crescimento que **é natural do ponto de vista microeconómico** mas que **não deve ser 100% satisfeita a nível macroeconómico.**

Não se trata de fazer o chamado "stop and go"; estamos longe disso. O programa monetário do Banco de Portugal tem em devida conta um crescimento da economia portuguesa da ordem dos 4% reais (PIB), conforme previsto.

Trata-se, sim, de assegurar o crescimento sólido sem excessos de velocidade.

O meu problema - o meu maior conflito neste domínio do crédito - é evitar que a **secura** da política monetária **não atinja de modo profundamente desigual o universo das empresas**, apertando em demasia umas e deixando outras injustificadamente folgadas. Ora isto é muito difícil, a não ser que haja, da parte de quem está a gerir os negócios bancários, **bom senso e equilíbrio e sentido da valia social** da função creditícia.

Mas haverá que evitar o vulgar **erro da generalização**. Só porque se conheça uns casos de recusa de crédito, não se irá inferir da parte para o todo **sem** averiguar da **representatividade da amostra**, ou seja, **saber do** risco normal ou anormal das empresas, **saber da** incidência de eventuais incumprimentos passados, **saber de** uma ânsia incontida de crescimento ... Todos sabemos que, muitas vezes, é o **cliente de maior** risco quem, vendo recusado o seu pedido de mais crédito, contesta e agita uma onda de mal-estar que se propaga facilmente.

Outras vezes, são os próprios decisores da banca quem invoca, comodamente, as restrições impostas dos "plafonds" de crédito para justificar uma recusa que, afinal, sempre seria dada face à qualidade e ao risco do pedido de crédito.

Haverá, em alguns destes casos, notórios exageros de narrativa ou, então, desconhecimento das verdadeiras razões ligadas ao risco da operação.

Noutros casos, todavia, - e lamento-os profundamente - poderá haver **falta de esclarecimento** da parte de quem decide o crédito. **O crédito mais escasso não deve sobrepesar relativamente mais as PME's e, dentre estas, não deve penalizar as pequenas empresas que só tenham acesso ao crédito interno.**

Deve haver, da parte do gestor bancário, seja a nível da administração, seja a nível da direcção ou das agências, o sentido do **equilíbrio na repartição do bem escasso que é o crédito**: 1 milhão de contos a menos **no acréscimo** de crédito de uma grande empresa pode não afectar sensivelmente o seu programa de expansão e dar para distribuir por muitas pequenas empresas a fim de apoiar o seu funcionamento corrente. Toda a gente na banca sabe isto muito bem. E **mais**, sabe que geralmente é boa política a **dispersão do crédito por muitos pequenos clientes em vez da concentração do risco em alguns grandes clientes** - Estes, aliás, pelo seu poder poder negocial, conseguem esmagar as margens do negócio bancário.

Ao dizer tudo isto, não ignoramos que há razões para um **sentimento de alguma contrariedade** em algumas empresas.

Estou a pensar, sobretudo, naquelas empresas que esperavam crescer segundo certos projectos de investimento, assentes

em determinadas expectativas, requerendo, por sua vez, financiamentos proporcionados, e concluem que precisam de rever as velocidades, deixar deslizar no tempo a execução ou, em alternativa, encontrar **outras fontes de financiamento** - que é, aliás, um caminho que recomendamos vivamente, principalmente se dirigido ao aumento do **capital de risco** na empresa.

E estou a pensar ainda nas empresas que acabam o seu investimento mas a quem não é dado crédito bastante para funcionar em pleno.

São situações que, obviamente, não desejamos. E gostaríamos fossem resolvidas rapidamente, para bem da economia do País.

Mas perguntaria se em todos esses casos, além da escassez do crédito bancário, **não haverá falta de fundo-de-maneio e de capitais próprios à altura da empresa e do risco do negócio?**

Ou se não terá havido **excesso de voluntarismo e de dependência de capitais alheios** nos projectos de expansão? Ou se os próprios bancos não terão andado a **alimentar expectativas de "sobrecrédito"**, claramente acima dos limites estabelecidos, a seu tempo, pela Autoridade monetária que é o Banco de Portugal?

Perguntarão, porém e em contrapartida, VV.Exas.:

Se a economia portuguesa está a crescer bem, se a inflação não vai mal e se se reconhece a necessidade de um grande esforço de investimento, por que razão se mantém "apertado" o crédito?

Isto é o que pensará cada um dos senhores empresários. **Todos desejarão crédito mais barato e mais fácil.**

É compreensível.

No entanto, se fizéssemos o somatório do crédito mais barato e mais fácil que cada um dos senhores empresários deseja chegaríamos a um valor absolutamente irrealista em termos da evolução segura da economia portuguesa.

Os efeitos sobre a **procura interna** seriam insustentáveis.

A **inflação** rapidamente chegaria a valores elevadíssimos. O que seria - (poderiam VV.Exas. dizer) - um custo suportável face ao que se conseguiria em termos de crescimento económico. Mas, meus senhores, esse crescimento económico seria acompanhado por um outro desequilíbrio, esse implacável: **o défice externo.**

É o que podemos chamar de sofisma da agregação: "o que aproveita a uma parte não aproveita ao todo". **Crédito a mais** na óptica individual é bom. **Crédito a mais** na óptica global é, porém, péssimo.

É a história do sujeito que se põe em bicos de pés para ver melhor o cortejo passar. Mas se **todos** se puserem em bicos de pés, todos ficarão a ver o mesmo e todos ficarão mais cansados.

Não tenhamos ilusões. A experiência passada demonstra que **crédito fácil e barato não é sinónimo de crescimento sadio.**

Crédito fácil e barato é, sim, **sintoma de doença financeira no País.**

II

INDICADORES

DO

" PROGRESSO CONTROLADO "

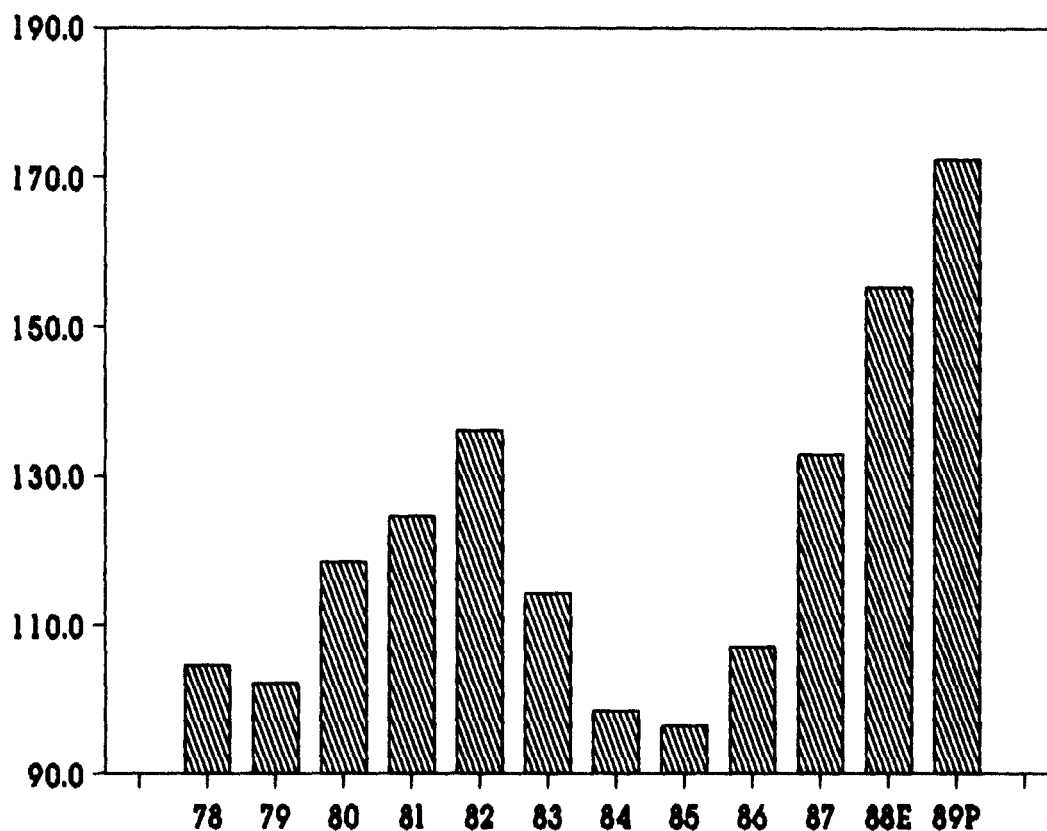
INDICADORES

DO

PROGRESSO NAS EMPRESAS

INVESTIMENTO DO SECTOR PRIVADO

(Índice da FBCF real; Base 1977=100)



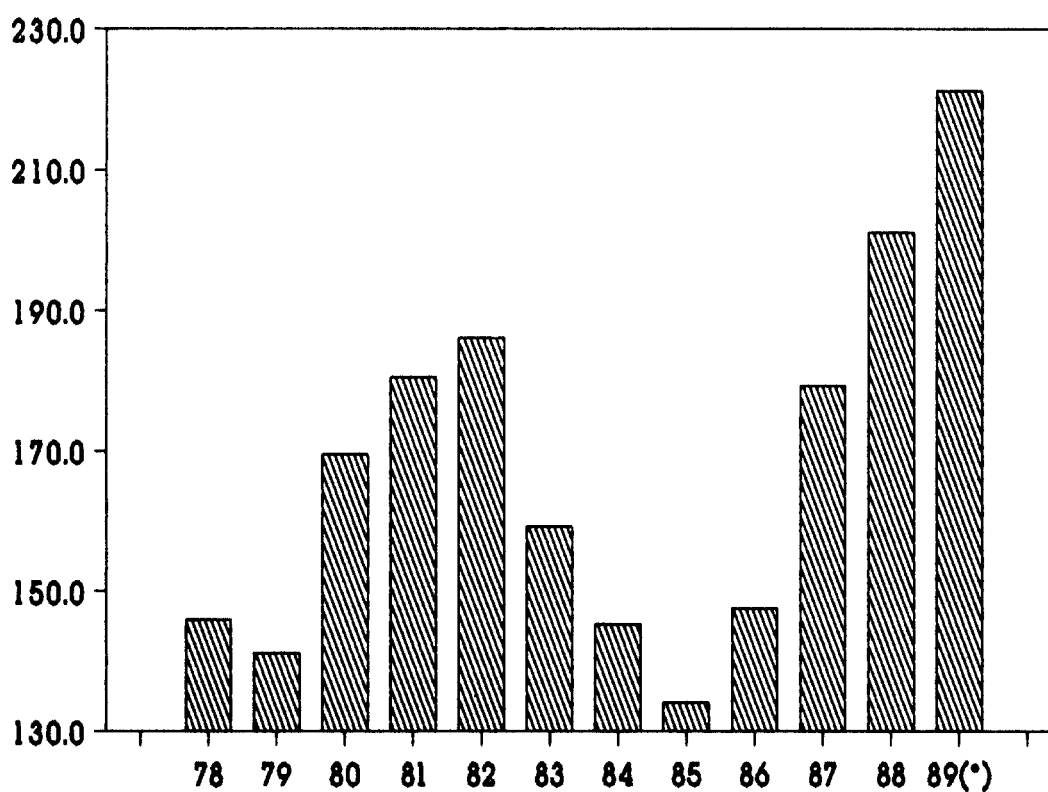
E: estimativa; P: previsão

Após as quebras de 1983, 84, 85, o investimento privado recuperou e vem crescendo a grande velocidade nos anos 1986, 87, 88, 89.

As empresas portuguesas atingem, em 1989, o investimento real mais elevado de sempre. É o dobro de 1985.

INVESTIMENTO EM CONSTRUÇÃO

(Indicador composto de vendas de cimento e aço; 1973=100)

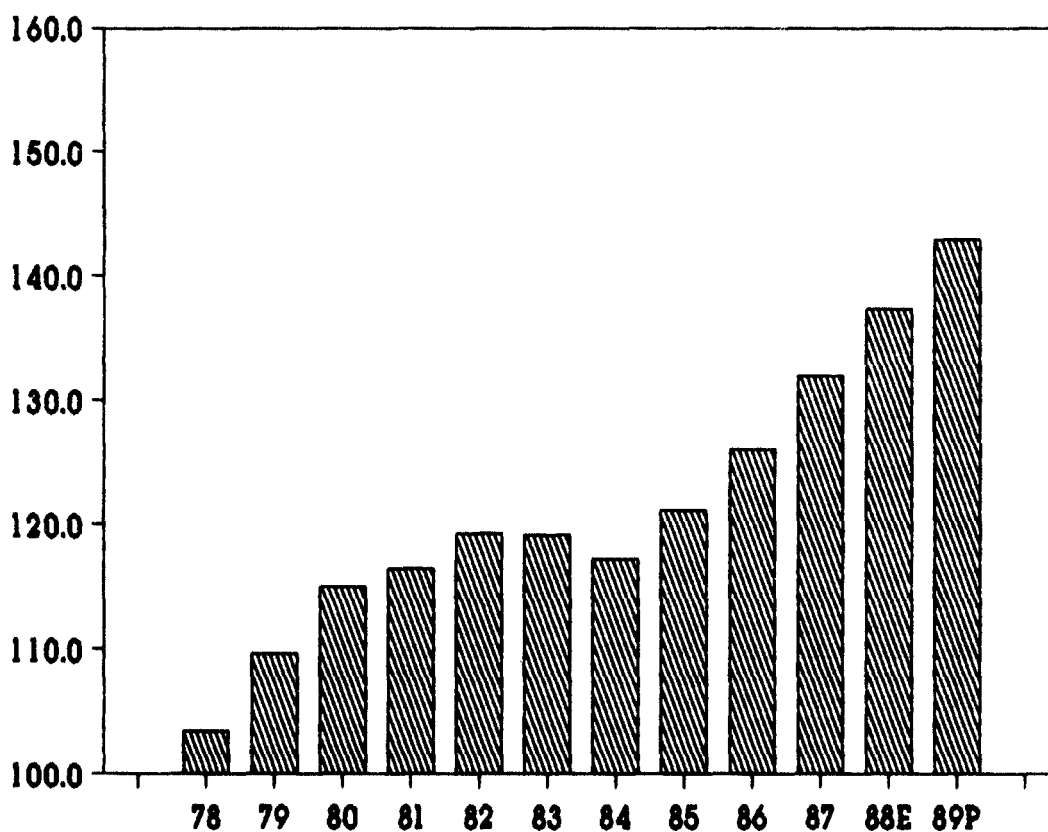


(*) I trimestre

Após a quebra de 1983 e 84 e o "bater no fundo" em 85, o sector da construção civil e obras públicas recuperou e cresceu fortemente em 1986, 87, 88 e 89.

PRODUÇÃO

(Índice real do PIB; Base 1977=100)



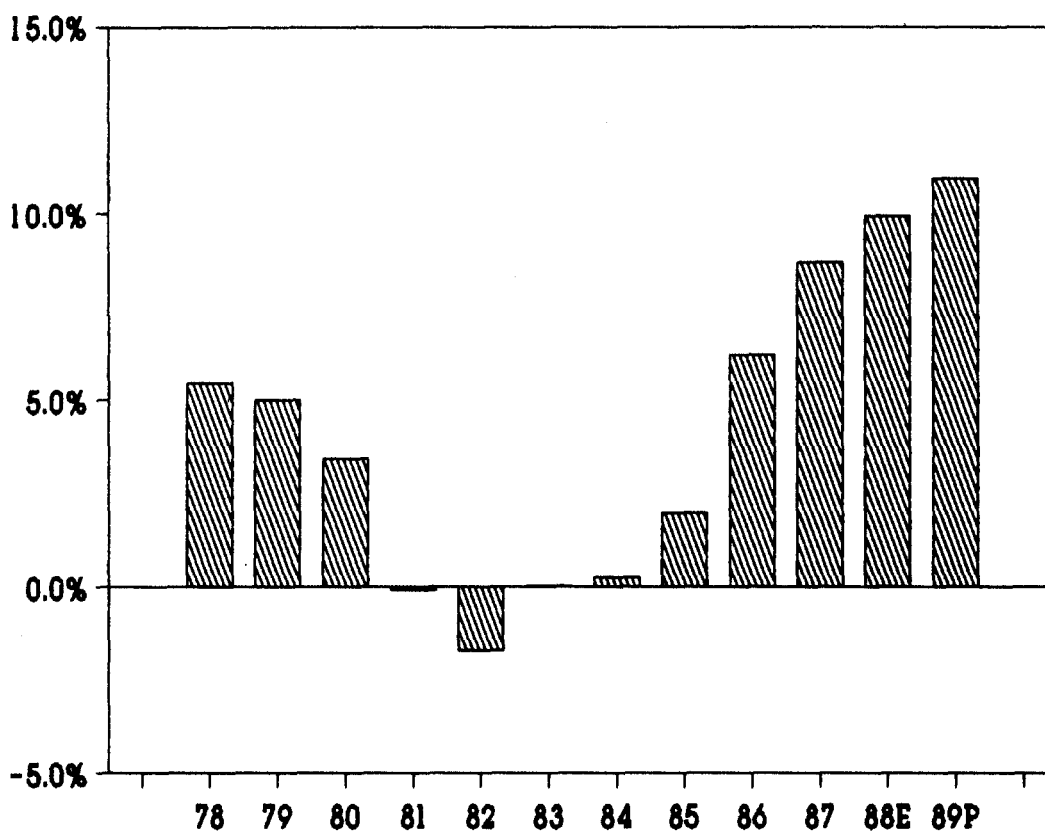
E: estimativa; P: previsão

Após a quebra de 1984, o produto interno recuperou e vem crescendo fortemente nos anos 1986, 87, 88, 89.

A economia portuguesa atinge, em 1989, a produção e a produtividade mais elevadas de sempre.

POUPANÇA DAS EMPRESAS

(Em % do PIB)



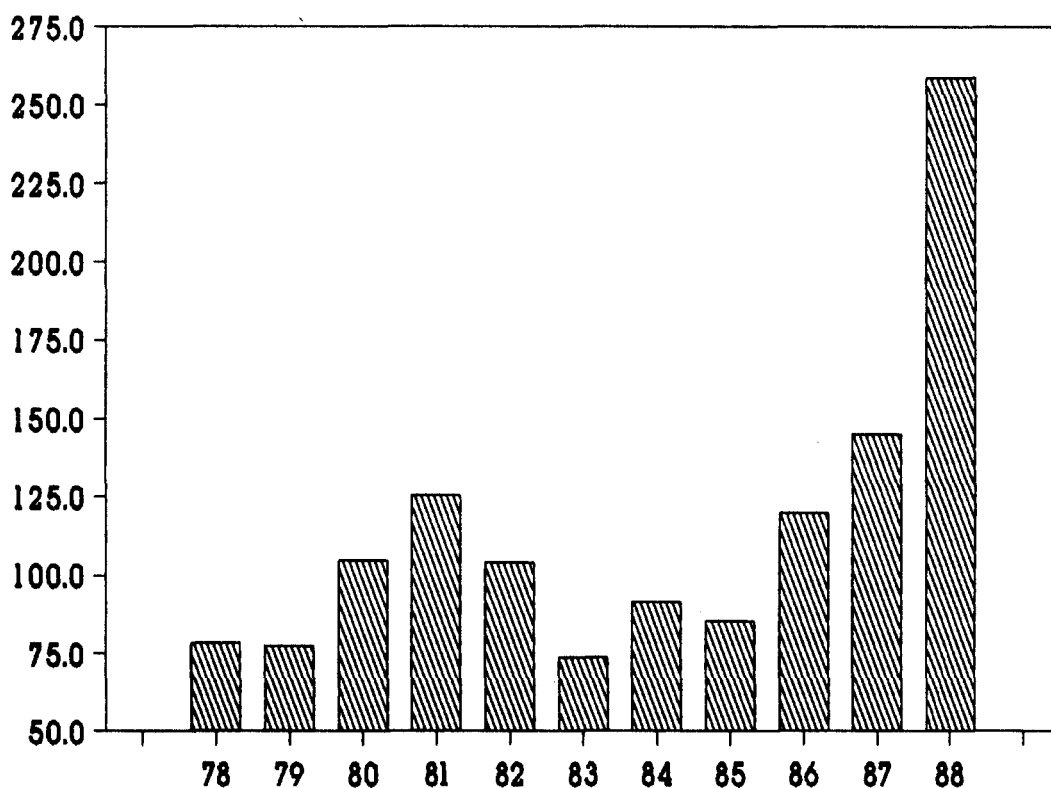
E: estimativa; P: previsão

Após os níveis quase nulos ou mesmo negativos dos anos 1981 a 83, a poupança das empresas recuperou e vem crescendo acentuadamente nos anos 1986, 87, 88, 89.

As empresas portuguesas atingem, em 1989, a poupança real mais elevada de sempre. É mais de cinco vezes o nível de 1985.

CRIAÇÃO REAL DE EMPRESAS

(Índice 1977=100; cap social das empresas constituídas menos as dissolvidas)

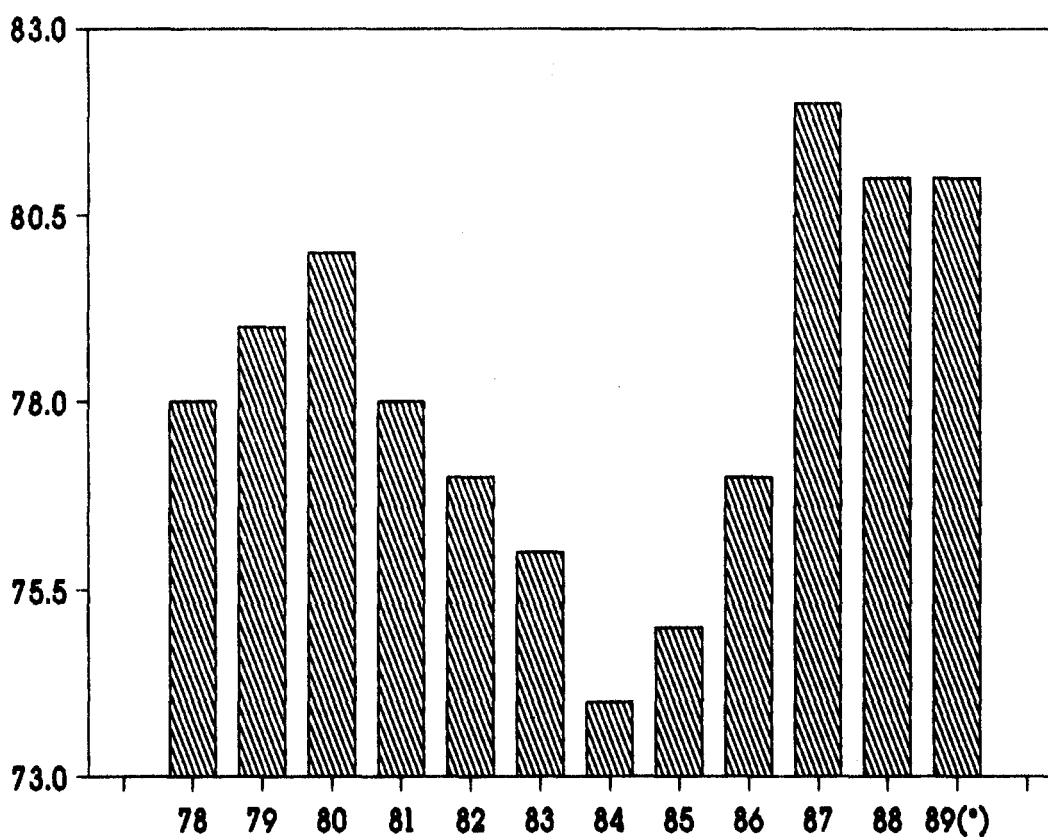


Em 1982 e 1983 assistiu-se a uma forte quebra na "criação real" de empresas, seguida de uma estagnação em 84 e 85.

Em 1986, 87 e sobretudo em 88 houve um forte aumento, derivado das expectativas positivas dos empresários.

UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA

(Na indústria transformadora e em %)

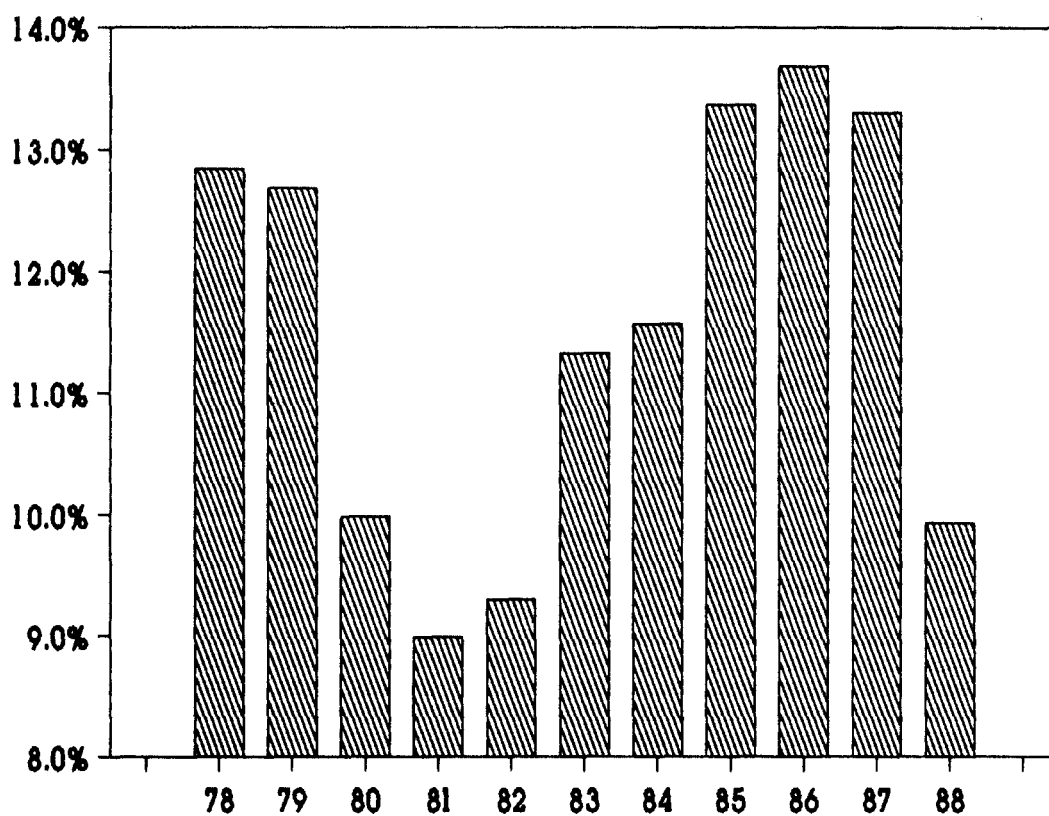


(*) I semestre

Após a quebra que culminou em 1984, com apenas 74% da utilização da capacidade produtiva, a indústria transformadora recuperou em 86 e 87. Em 1988 e 89 começam a ser visíveis os efeitos positivos do esforço de investimento ao nível do aumento da capacidade de produção da indústria.

'CRÉDITO MAL PARADO'

(Crédito de cobrança duvidosa em %
do crédito interno a empresas privadas)



O crédito "mal parado" subiu muito em 83 e 85. O efeito de inércia derivado do facto de se utilizarem variáveis em fins de período apenas permite visualizar uma paragem em 1986 e 87.

Em 1988 ocorreu uma fortíssima recuperação.

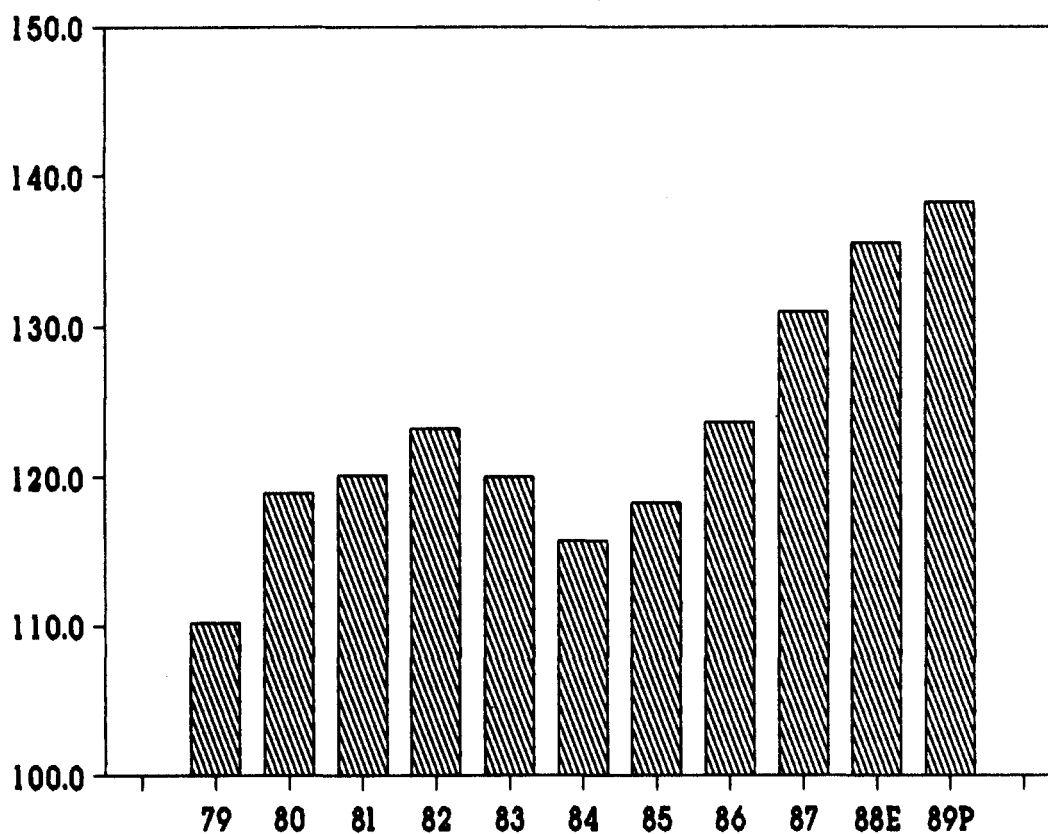
INDICADORES

DO

PROGRESSO NAS FAMILIAS

RENDIMENTO REAL DISPONIVEL DAS FAMILIAS

(Base 1977 = 100)



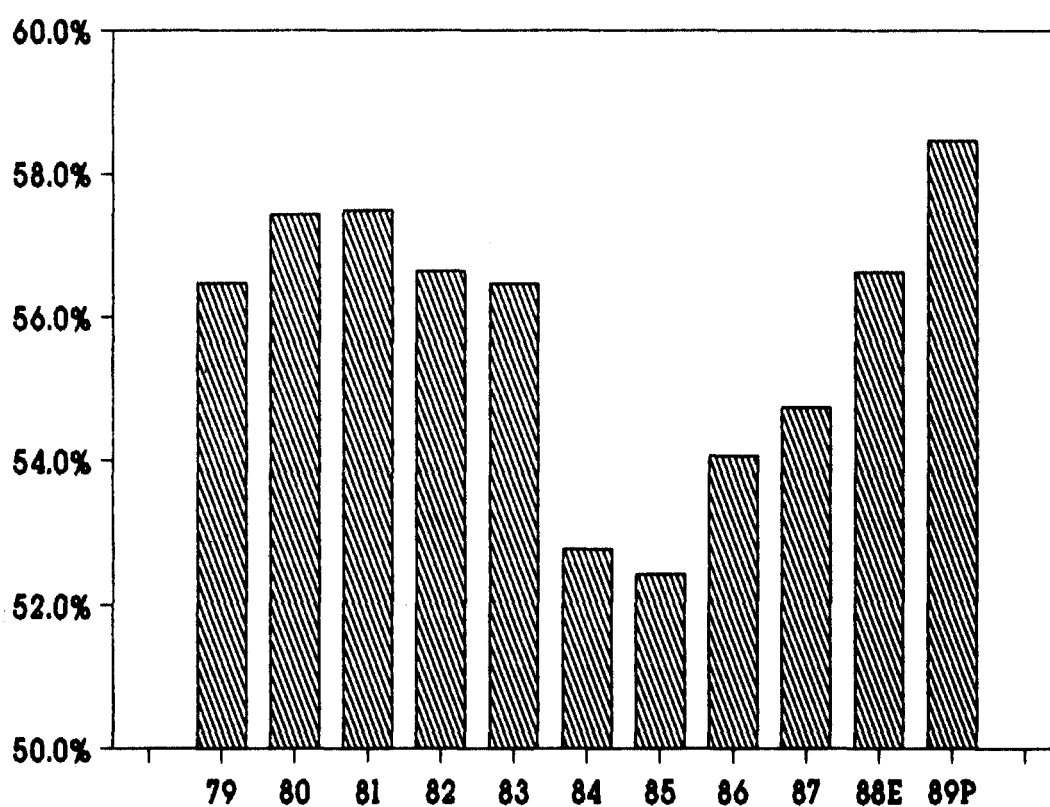
E: estimativa; P: previsão

Após a quebra de 1983 e 84, o rendimento das famílias recuperou e vem crescendo fortemente nos anos 1986, 87, 88, 89.

As famílias portuguesas auferem, em 1989, o rendimento real mais elevado de sempre, líquido de impostos.

O TRABALHO NA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO

(Salários+Prestações Sociais em % do
Rendimento Disponível das Famílias)

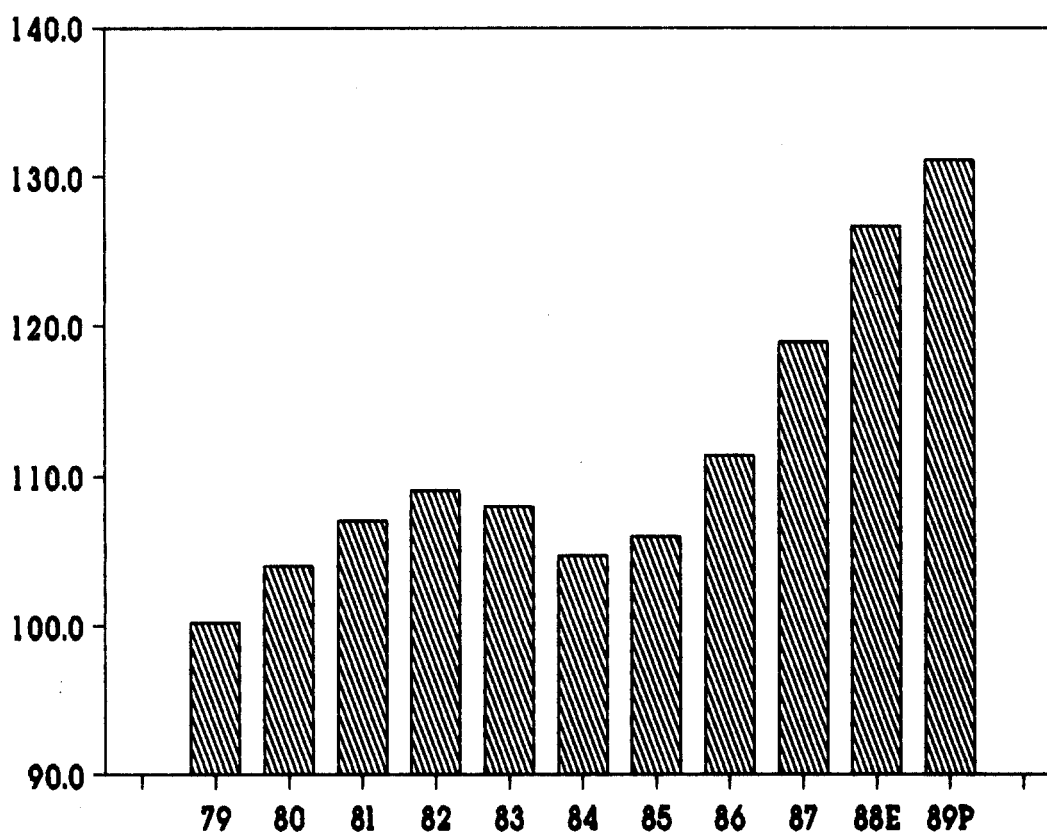


E: estimativa; P: previsão

Após a quebra de 1984 e 85, a distribuição do rendimento tem vindo a evoluir a favor do trabalho, nos anos 1986, 87, 88, 89. Esta é a evolução mais longa, sólida e favorável da distribuição dos frutos do progresso.

CONSUMO DAS FAMILIAS

(Índice real; Base 1977=100)



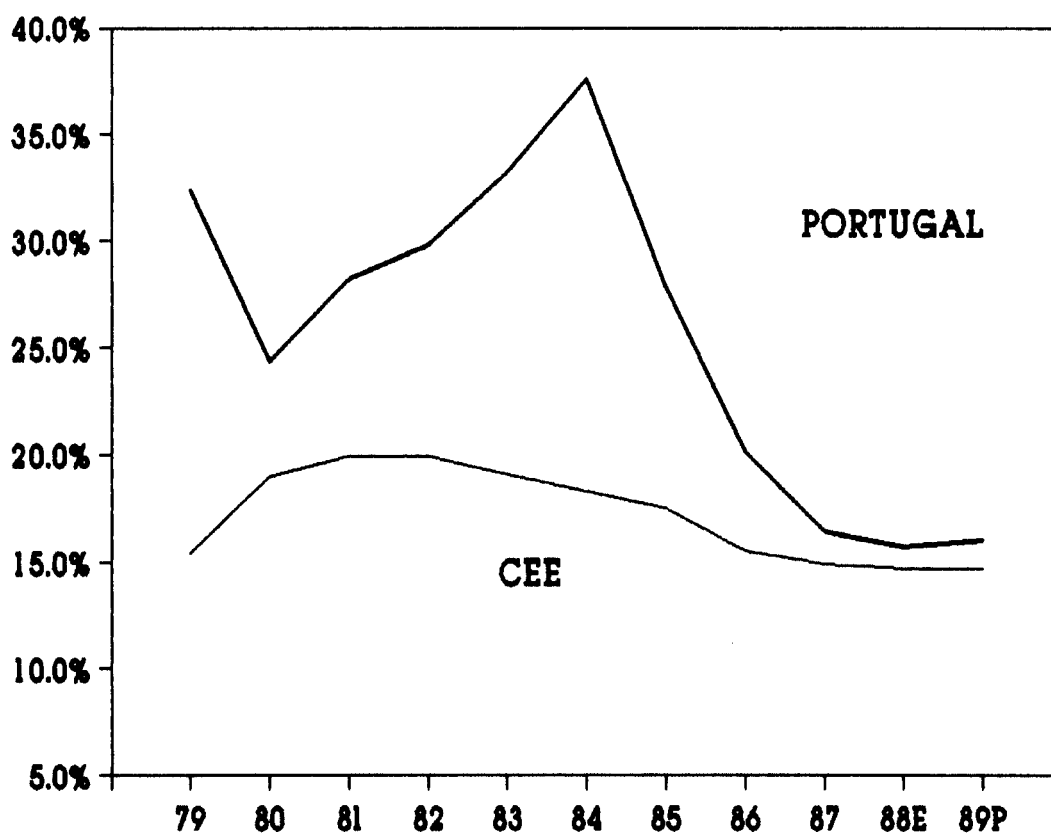
E: estimativa; P: previsão

Após a quebra de 1984, o consumo privado recuperou e vem crescendo significativamente nos anos 1986, 87, 88, 89.

As famílias portuguesas atingem, em 1989, o consumo real mais elevado de sempre.

'DESCONFORTO ECONÓMICO'

(=Taxa de inflação+taxa de desemprego)



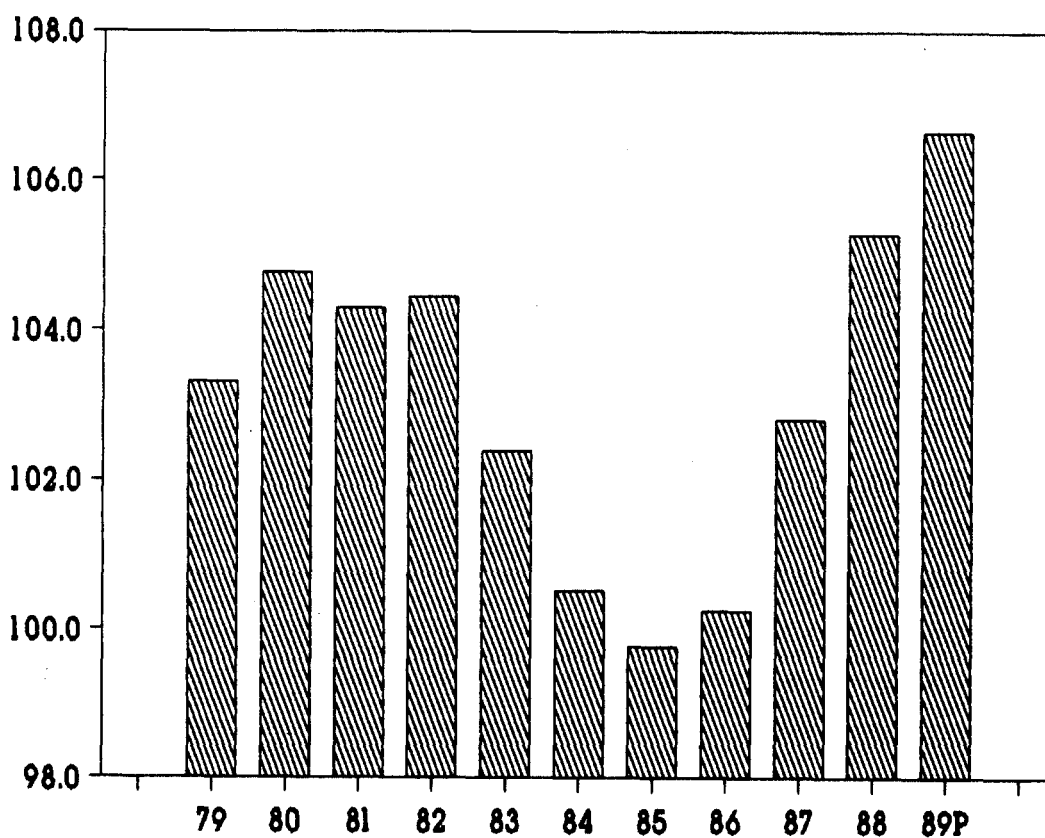
E: estimativa; P: previsão

Após o máximo "desconforto" atingido em 1984, a conjunção desemprego+inflação melhorou expressivamente nos anos 1985, 86, 87, 88.

Em 1989, o índice de desconforto de Portugal está bastante abaixo de metade do nível de 1984. E está muito próximo da média das nações comunitárias.

EMPREGO TOTAL

(Índice Base 1977=100)



P: previsão

Após a quebra de 1983, 84, 85, o emprego recuperou e vem crescendo fortemente nos anos 1987, 88, 89.

Os trabalhadores portugueses atingem, em 1989, o emprego mais elevado de sempre.

INDICADORES

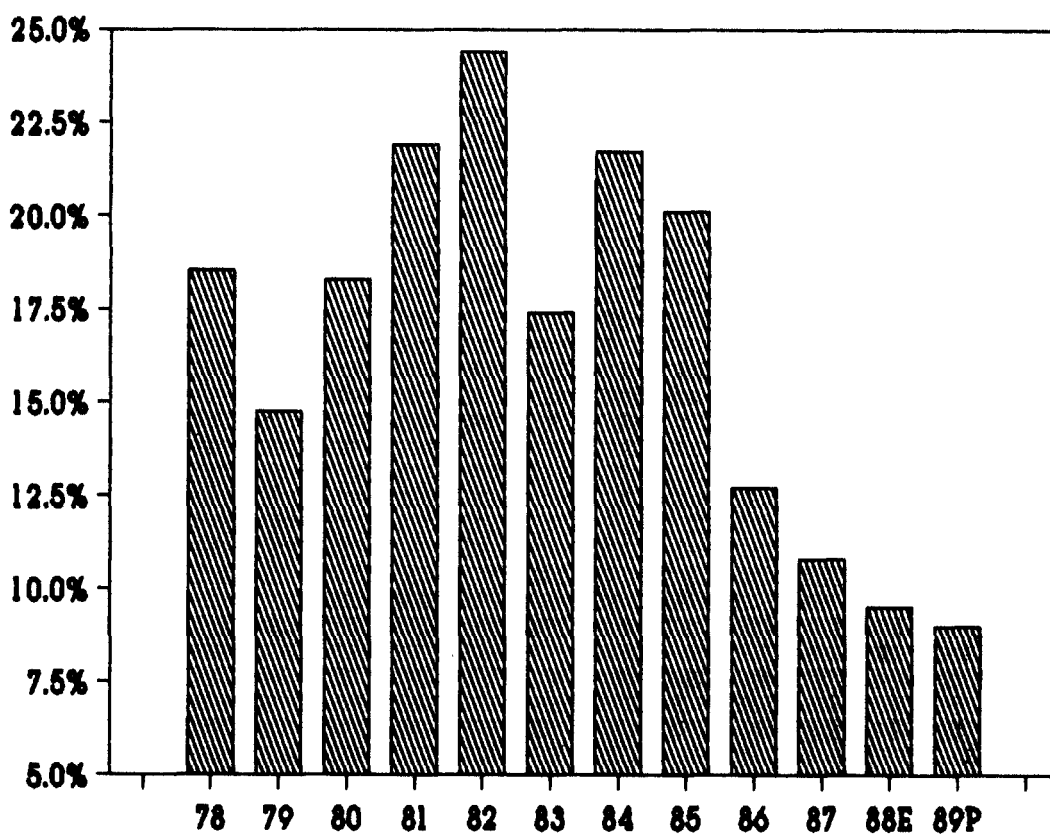
DO

PROGRESSO

NO SECTOR PÚBLICO

DÉFICE DO SECTOR PÚBLICO

(Em % do PIB)



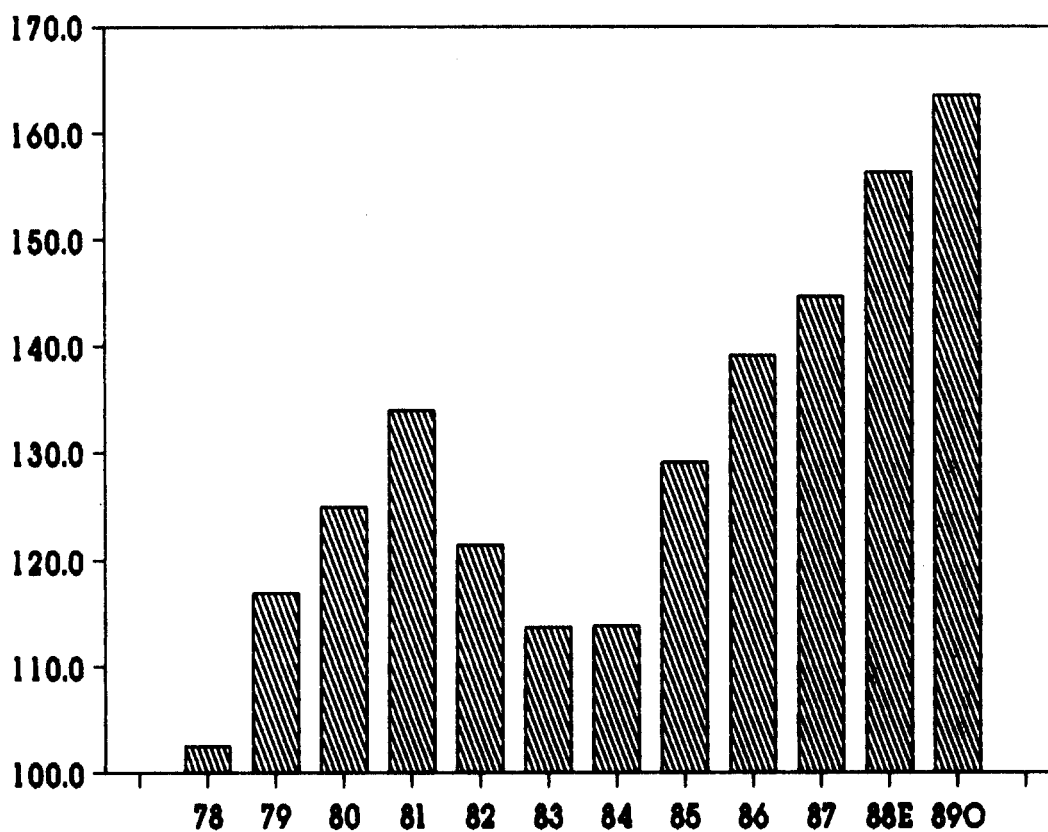
E: estimativa; P: previsão

O peso do défice global do Estado, em percentagem do produto interno, atingiu níveis elevadíssimos e insustentáveis em vários anos até 1985.

A redução tem sido levada a cabo nos anos 1986, 87, 88, 89. O nível de 1989 é menos de metade do nível de 1985.

DESPESAS DO ESTADO COM A SAÚDE

(Índice real; Base 1977=100)



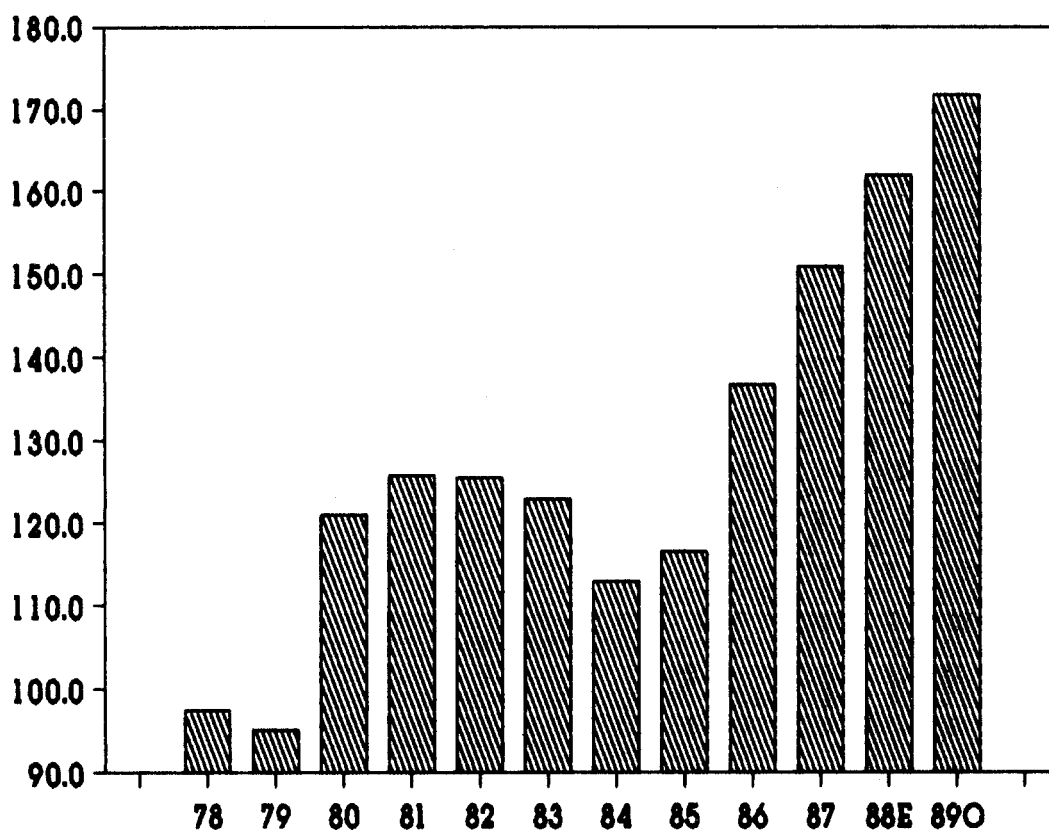
E: estimativa; O: OE89

Após a quebra de 1982, 83, 84, a Saúde vem apresentando um forte crescimento real nos anos 1985, 86, 87, 88, 89

O nível de 1989 é o mais elevado de sempre.

DESPESAS DO ESTADO COM A EDUCAÇÃO

(Índice real; Base 1977=100)



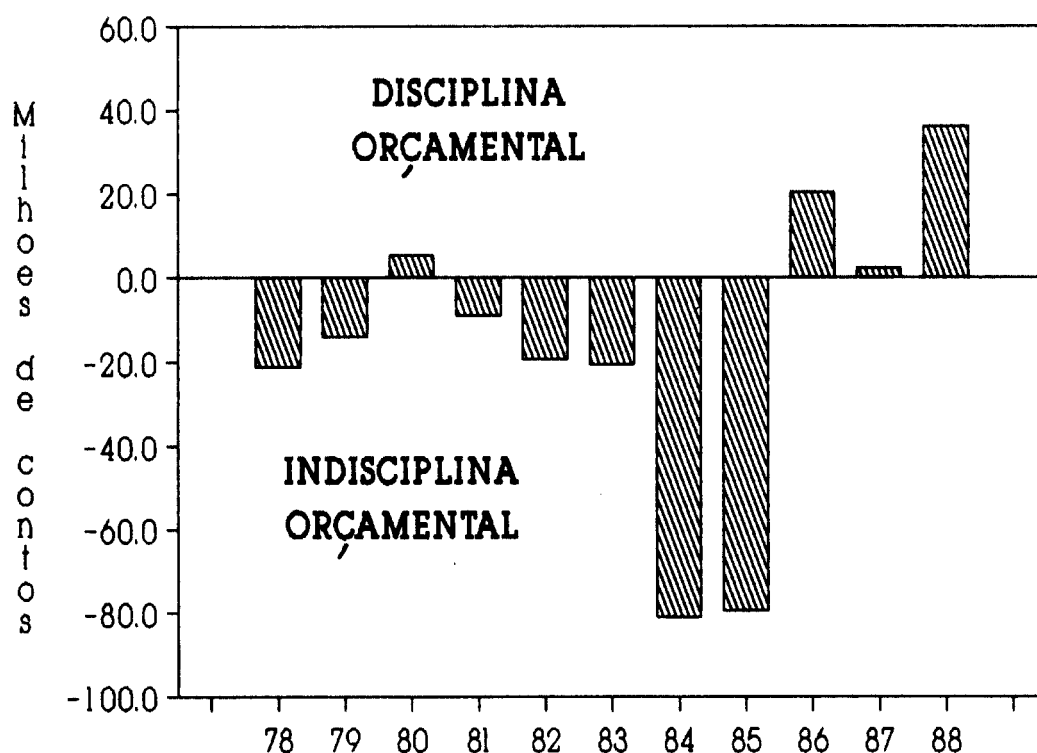
E: estimativa; O: OE89

Após a quebra de 1984, a Educação vem apresentando um forte crescimento real nos anos 1986, 87, 88, 89.

O nível de 1989 é o mais elevado de sempre.

DISCIPLINA ORÇAMENTAL DO ESTADO

(Desvios do défice orçamentado contra o défice executado)

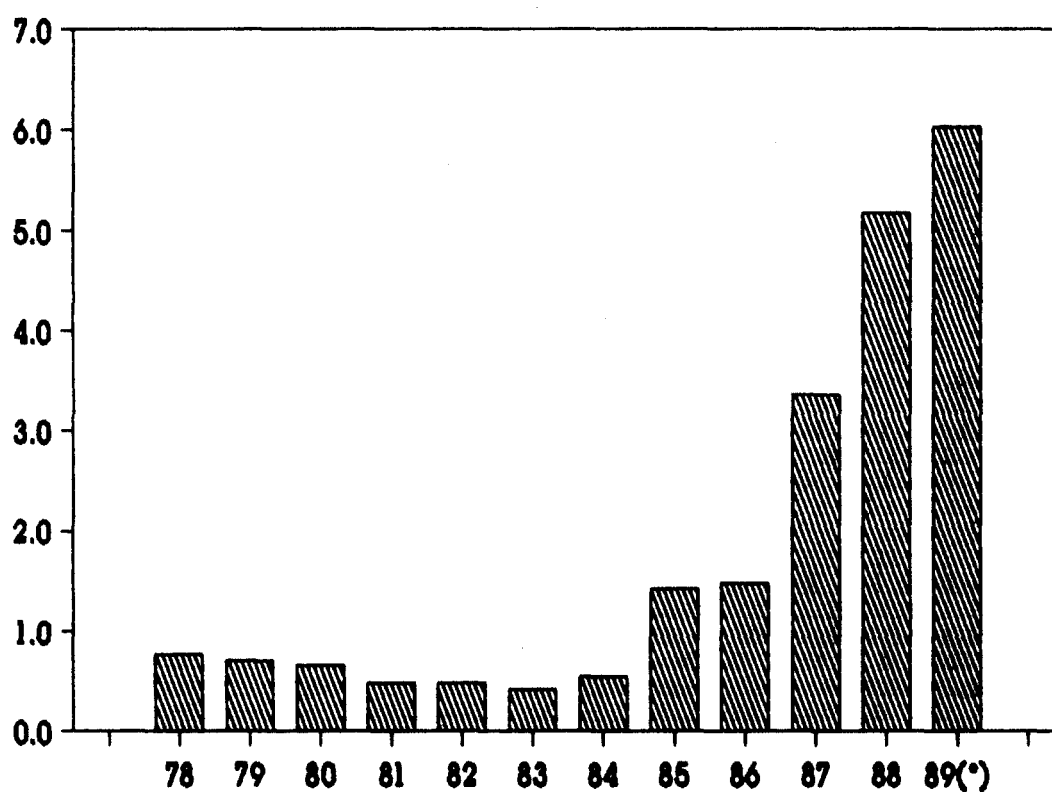


O defícite final executado do Orçamento do Estado, quando comparado com o defícite inicial autorizado, é um sinal de maior ou menor disciplina financeira.

Os anos 1986, 87, 88 foram época de rigoroso cumprimento orçamental. Antes destes anos, apenas em 1980 se verifica o mesmo.

RESERVAS CAMBIAIS DO BANCO DE PORTUGAL

(Disponibilidades s/ exterior em mil milhões de dólares; Não inclui ouro)



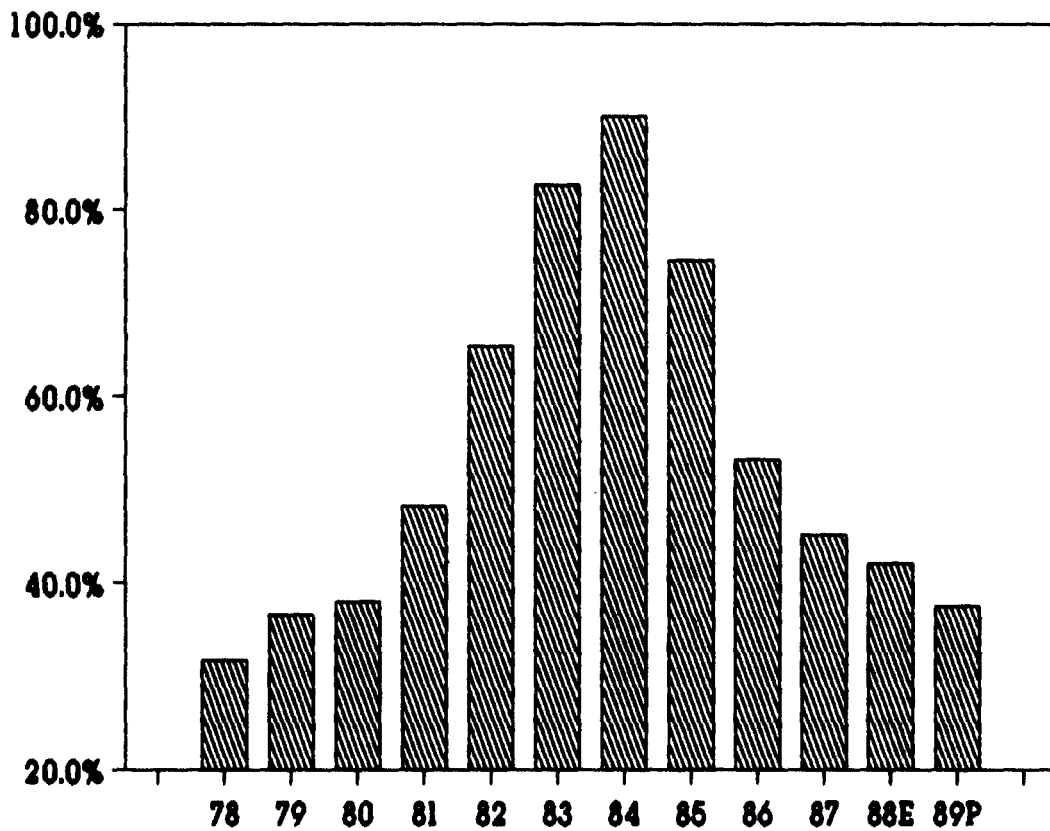
(*) Maio de 1989

As reservas de divisas do País cresceram acentuadamente nos anos 1987, 88, 89.

O nível de 1989 é o mais elevado de sempre. Juntamente com o ouro, as reservas dão hoje para pagar quase a totalidade da dívida externa.

DIVIDA EXTERNA

(em % do PIB)



E: estimativa; P: previsão

Após o pico de 1984, a divida externa vem diminuindo o seu peso na economia portuguesa nos anos 1985, 86, 87, 88, 89.

O nível percentual de 1989 é menos de metade do nível de 1984.

Volumes publicados na série

• DOCUMENTOS DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS •

- **ESTRATÉGIA DE PROGRESSO CONTROLADO**
(PCEDED — Programa de Correção Estrutural do Défice Externo e do Desemprego)
Vols. I, II, III
1.ª edição: 1987
Reimpressão: 1987 (Esgotado)
- **STRATEGY OF CONTROLLED PROGRESS**
(PCEDED — Programme for Structural Correction of the External Deficit and Unemployment)
Vol. I
1.ª edição: 1987 (Esgotado)
- **AO SABOR DA ESTRATÉGIA ...**
Gestão Macroeconómica em Portugal, 1986 e 1987
Miguel Cadilhe
1.ª edição: 1987 (Esgotado)
- **PROPOSTA DE LEI DE BASES DA REFORMA FISCAL**
1.ª edição: 1987
Reimpressão: 1987
- **ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 1988**
1.ª edição: 1988
- **REESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS**
1.ª edição: 1988
Reimpressão: 1989
- **PROPOSTA DE TAXAS DA REFORMA FISCAL**
1.ª edição: 1988
Reimpressão: 1988
- **REFORMA FISCAL**
Lei de autorização legislativa
1.ª edição: 1988 (Esgotado)
- **ESTUDOS ECONÓMICOS DA OCDE — PORTUGAL**
1.ª edição: 1988
- **UM MODELO MACROECONÓMICO PARA A ECONOMIA PORTUGUESA**
1.ª edição: 1989
- **O PROGRESSO DE PORTUGAL**
1.ª edição: 1989
Reimpressão: 1989
- **ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS**
1.ª edição: 1989
2.ª edição: 1989
- **ESTRATÉGIA DE PROGRESSO CONTROLADO**
(PCEDED — Programa de Correção Estrutural do Défice Externo e do Desemprego)
REVISÃO/89
Vols. I e II
1.ª edição: 1989
Reimpressão: 1989
- **ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 1989**
1.ª edição: 1989

MINISTERIO DAS FINANÇAS - 56/SDI

REGISTO: M0000012

COTA: MO/03/00003



1 838000 300007

• DOCUMENTOS DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS •

ISBN 972-9244-09-X